REVISTA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 1809-1628
HUMANIDADES E TECNOLOGIAS (FINOM)
FACULDADE DO NOROESTE DE MINAS

Homem certo no lugar certo: estudar em escola rural, Ituiutaba, MG, 1940–60

The right man in the right place: studying in rural school, Ituiutaba, MG, 1940–60

Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro[1]
José Carlos Sousa Araújo[2]
Armindo Quillici Neto[3]

Resumo: Com a população brasileira residindo maciçamente no meio rural até meados dos anos 1950, a escolarização da população rural foi necessidade que se impôs ao governo e seus planos em prol da alfabetização. Este estudo enfoca esse contexto ao tratar das relações entre demanda por escola pública e ação política para supri-la no município de Ituiutaba, MG. O estudo objetivou compreender os efeitos das ações governamentais (federal, estadual e municipal) em favor da manutenção da população rural em seu meio, sobretudo pela criação de escolas rurais. O ponto de partida foi a seguinte pergunta: alfabetizar a população rural contribuiu para alcançar o propósito de pôr ou deixar o homem certo no lugar certo? Como pesquisa que se inscreve no campo da história da educação no Brasil, este trabalho recorreu a fontes como dados estatísticos, atas da Câmara de Vereadores e relatos orais, em uma leitura que conjuga educação e demografia. As fontes foram lidas com uma intenção crítico-interpretativa e contextualizada. Os resultados da pesquisa permitem dizer que a escolarização

[1] Doutora em Educação pela USP–SP. Professora do Curso de Pedagogia do Instituto de Ciências Humanas do Pontal (ICHPO) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), campus de Ituiutaba e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Linha de Pesquisa em História e Historiografia da Educação; Doutor em Educação pela UNICAMP. Professor dos Programas de Pós-graduação em Educação na Universidade de Uberaba e na Universidade Federal de Uberlândia na Linha de Pesquisa em História e Historiografia da Educação. Doutor em Educação pela Unicamp. Professor do Curso de Pedagogia do Instituto de Ciências Humanas do Pontal (ICHPO) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), campus de Ituiutaba e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Linha de Pesquisa em História e Historiografia da Educação. E-mail: laterzaribeiro@uol.com.br

[2] jcaraujo.ufu@gmail.com

[3] Possui graduação (1987) e mestrado em Filosofia (1994) pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC- Campinas). Concluiu em 2001 o doutorado em Educação, com área de concentração em Filosofia e História da Educação, pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). É professor de Filosofia da Educação, do curso de Pedagogia, da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal (Facip/UFU), desde 2008. É credenciado no Programa de Pós-Graduação em Educação, na Área de História da Educação, da Faculdade de Educação (Faced/UFU). Tem publicações no campo da História da Educação, da Filosofia da Educação, nos Estudos de Intelectuais da Educação e Formação de Professores. É avaliador institucional e de cursos do INEP/MEC. Atuou na Educação Fundamental, no Ensino Médio e no Ensino Superior. E-mail: armindo@ufu.br.

Recebido em 30 /08/2020
Aprovado em 22/10/2020

rural concretizou o discurso do governo: as escolas rurais alfabetizaram e formaram. Mas o resultado das ações dos governos federal, estadual e municipal em prol da escolarização rural mostrou que conter o homem do campo no meio rural exigia mais que escolas rurais.

Palavras-chave: meio rural; alfabetização; escola pública; ação política; população rural.

Abstract. With the Brazilian population living massively in rural areas until the mid-1950s, the schooling of the rural population was a necessity imposed on the government and its plans for literacy. This study focuses on this context when dealing with the relations between demand for public schools and political action to supply it in the municipality of Ituiutaba, MG. The study aimed to understand the effects of government actions (federal, state and municipal) in favor of the maintenance of the rural population in its environment, especially by the creation of rural schools. The starting point was the following question: did literacy of the rural population contribute to achieving the purpose of putting or leaving the right man in the right place? As a research that is inscribed in the field of the history of education in Brazil, this work used sources such as statistical data, minutes of the City Council and oral reports, in a reading that combines education and demography. Sources were read with a critical-interpretative and contextualized intention. The results of the research allow us to say that rural schooling has materialized the government's discourse: rural schools educated. But the result of the actions of the federal, state and municipal governments in favor of rural schooling showed that containing the country man in rural areas required more than rural schools.

Keywords: rural environment; literacy; public school; political action; rural population

Introdução

Com a população brasileira residindo maciçamente no meio rural até meados dos anos 1950, a escola rural foi necessidade que se impôs ao governo federal e seus planos em prol da alfabetização. A importância atribuída à instrução escolar se projetos com ênfase na quantidade: objetivava-se disseminar a escolarização primária segundo uma lógica que punha em segundo plano a preocupação pedagógica e formadora. Almejava-se mudar a feição da educação: a prática escolar, os programas escolares, a formação de professores.

Das iniciativas para suprir a demanda, ficou a impressão de que a escola concretizada no meio rural foi marcada pela precariedade material e simplificação pedagógica, para ficar em dois atributos. O ensino escolar para a população rural parece ter almejado a aprendizagem da leitura, da escrita e do cálculo, numa lógica urbana que pode ser lida como tentativa de "civilizar" minimamente sujeitos "rudes".

Tal impressão derivou da pesquisa apresentada neste texto, que enfoca a criação e o funcionamento de escolas rurais associados com políticas públicas municipais em Ituiutaba, MG, para expandir os índices de alfabetização nos anos 1940–60. O estudo objetivou

compreender os efeitos das ações governamentais (federal, estadual e municipal) pró-manutenção da população rural em seu meio, sobretudo a criação de escolas rurais: alfabetizar contribuiu para alcançar o propósito de pôr ou deixar o homem certo no lugar certo?

Este estudo se inscreve no campo da história da educação no Brasil em seus desdobramentos mais tendentes à problematização e interpretação crítica. Pretende contribuir para a história do município de Ituiutaba ao especular as relações entre educação e sociedade, ou seja, entre demanda por escola pública e ação política para supri-la. Como pesquisa histórica, valeu-se de fontes como dados estatísticos, atas da Câmara de Vereadores e relatos orais, em uma leitura que conjuga educação e demografia. As fontes foram lidas com intenção crítico-interpretativa e fundada no contexto.

A história da educação em Ituiutaba tem privilegiado a escola urbana (particular e pública). Assim, uma razão para este estudo é a demanda por uma compreensão mais sistemática da escolarização rural no município porque supostamente não foi capaz de resolver o problema do analfabetismo. Tal compreensão converge para um entendimento maior: as razões do fracasso da escola pública e das ações do governo em prol da educação. O texto expõe alguns elementos das relações entre governo e escola rural para, então, centrar-se nas escolas rurais de Ituiutaba

Ensino rural: de Vargas a Dutra

Multiplicar o número de escolas na primeira metade do século passado foi — como disse Nagle (1974, p. 52) — "[...] incorporar grandes camadas da população na senda do progresso nacional [...]". Até o início do decênio de 1920, o processo de escolarização tinha como bandeira o combate ao analfabetismo e como ideologia os interesses eleitoreiros: a ampliação do número de eleitores. Além disso, ideias de tecnificação permearam as intenções e atitudes pedagógicas no fim da primeira República. As palavras de Nagle (1974, p. 63) endossam esse raciocínio: a década de 1910 legou ao decênio seguinte a "[...]bandeira de luta contra o analfabetismo". Dados de recenseamento em 1920, estudos, debates em eventos sobre o Ensino Primário... tudo pesou e se traduzi no "constrangimento que dominou o ambiente espiritual em 1922": contra a comemoração dos cem anos de independência ia a "vergonha do século", o "máximo ultraje de um povo" cujo governo pretendia elevar o país ao status de "moderna civilização": a taxa de 80% de analfabetos.

Com a ascensão de Vargas e seu governo nacionalista, o Estado passou a usar a escola como meio para a propaganda ideológica do nacionalismo, sobretudo com preceitos moral e

CC BY

civismo. Ao mesmo tempo, o debate sobre a instrução pública ressurge, com pautas que incluíam práticas escolares sob os auspícios de um governo não só de feição nacionalista, mas tendem a adoção de programas higienistas. Como diz Alves (2004, p. 38), os higienistas expunham um discurso sobre cuidados para que a construção do país contasse com uma população saudável de corpo e mente. A escola era uma instância primária para incutir tais cuidados desde idade mais tenra.

A intenção de escolarizar em massa convergiu para o processo de modernização por que passava o Brasil, ao lado da industrialização e da urbanização, da promessa de oportunidades de trabalho remunerado promissoras. Não por acaso, um resultado imediato do processo de industrialização foi a migração campo–cidade. Afinal, havia problemas socioeconômicos mais graves cuja solução dependia de esforço político-governamental, mas ficava alheia às pautas das políticas de governo. Exemplos incluem as demandas culturais e materiais da população do campo, sejam as necessidades profissionais e o trabalho remunerado, seja a escola. A carência dessas condições no meio rural criava motivos para a migração para a cidade.

Com efeito, políticos e intelectuais aguerridos à causa da escolarização no país eram antimigração e pró-manutenção do homem no campo no campo, o que aludia à máxima de Vargas de pôr "o homem certo no lugar certo". O modo de fazer isso seria com uma instrução escolar voltada aos valores, às crenças, aos costumes, aos símbolos e outros valores do meio rural, ou seja, seria o chamado ruralismo pedagógico: a política de Vargas para fixar o campesino em seu meio natural (ALVES, 2004). As práticas escolares reforçavam tal intenção com programas de ensino alinhados no propósito de prender o "homem a terra", isto é, de conter a migração rural e suas eventuais consequências (aumento populacional, falta de emprego e moradia etc.). Assim, a escola rural ganhou impulso e notoriedade com apoio governamental, sobretudo no contexto do movimento revolucionário de 1930 (PAIVA, 2003, p. 137). A instrução escolar foi defendida como meta pela Aliança Liberal, cujo discurso postulava a escola rural para "conter a imigração na sua fonte".

Uma vez vista como meta, a escola rural permeou o discurso de dirigentes políticos. Em pronunciamento de 1933, Vargas afirmava a necessidade da "volta aos campos", como diz Paiva (2003, p. 137). Tal volta seria uma forma de "[...] evitar a atração das classes pobres rurais para as cidades" e, assim, resolver "[...] um dos maiores problemas da atualidade brasileira". A volta supunha escolarizar a população rural, "povoar e sanear o interior". Esperava-se que, assim, o "[...] sertanejo, quase abandonado a si mesmo, [tivesse] a consciência de seus direitos e deveres [...]", que fortalecesse a alma e o físico, pela "higiene e

CC BY

pelo trabalho". Era "preciso criar escolas"; mas estas não seguiriam um "modelo rígido aplicável ao país inteiro"; antes, deviam seguir as "tendências de habitantes" do meio rural e ministrar o tipo de ensino que convinha ao interior: "o rural agrícola".

Como se lê, Vargas queria uma escola rural que, além de alfabetizar, aplacasse movimentos migratórios e propagasse uma visão de homem do campo em nome da estabilidade da ordem social. Assim, a tônica da discussão sobre escola rural a partir dos anos 1930 foi a de fixar o rurícola em seu meio. Era o tom de receio do esvaziamento demográfico do campo e do inchaço populacional urbano. No dizer de Paiva (2003, p. 137), não havia dúvida do governo quanto à importância da escola rural. "Em pronunciamento de 1933 o chefe do governo afirmava que precisávamos voltar ao bom caminho e o rumo era um só: evitar a atração das classes pobres rurais para as cidades"; uma vez "[...] encontrados os meios capazes de provocar este retorno, estará resolvido um dos maiores problemas".

Entre a queda de Vargas e o retorno da democracia e do voto popular, o ideário de uma escola em sentido amplo para o meio rural se manteve. A fala do presidente Eurico Gaspar Dutra em 1950 sobre "serviços prestados" endossa essa afirmação ao se referir a "construção e aparelhamento de escolas rurais" e de "escolas normais rurais". O presidente se gaba de seus feitos:

> As bases físicas do sistema brasileiro rural agora que estão sendo lançadas; também as suas bases pedagógicas, mediante ao aparelhamento de escolas normais especializadas, e a realização enquanto não iniciam seu funcionamento, de cursos de aperfeiçoamento para professores, e dirigentes do ensino rural, levados a feito na capital da república e dos Estados (BRASIL, 1950, p. 10).

Como se lê, o presidente alude a um sistema de ensino rural, supostamente distinto do sistema urbano, e em aperfeiçoamento específico para docentes, ou seja, formação de professores para esse sistema rural. Nesse caso, programas de ensino e formação de educadores voltados à população rural sustentam a continuidade de um ideário educacional centrado na manutenção da população rural no campo; ou seja, reiteram a política restritivo-ideológica de Vargas para a educação. Interessava mais o não esvaziamento do campo, e menos o tipo e a qualidade da escolarização ofertada; mais a civilização do homem do campo, e menos uma pedagogia que pudesse ir além da erradicação do analfabetismo. O discurso oficial pode até revelar intenções político-educacionais para o ensino rural ao presumir um *sistema de ensino*, mas a concretização de tal discurso ficou aquém da prática. Rocha (1999,

CC BY

p. 7) endossa esse argumento ao dizer que, em Minas, os primeiros projetos para escolarização rural — que datam dos 1930 — seguiam o ideal de escola rural: "[...] ensinar hábitos de higiene e outros valores. Levar a civilização para o meio rural, porque lá não tem nem civilização".

Escolas rurais em Minas Gerais

Com efeito, esse ideal de escola se manifestou na reforma Francisco Campos (1929), que presumiu uma escola para o meio urbano e outra para o meio rural. A certeza da função das escolas urbanas — ensinar leitura e escrita e profissionalizar — dissipava-se no caso das escolas rurais: deviam "ensinar a ler e escrever nos primeiros dois anos e nos dois seguintes, ensinar técnicas agrícolas" ou ser uma escola que "tivesse um calendário adaptado ao meio rural mas que ensinasse o mesmo que no meio urbano". Unia essas opções com tom de dilema a concordância de que: a "escola deveria contribuir para manter as pessoas no meio rural, isto é, diminuir o êxodo rural" (ROCHA, 1999, p. 6–7).

Contudo, o debate esbarrava em problemas práticos do cotidiano de funcionamento das escolas rurais mineiras: infrequência, falta de matrículas e infraestrutura inadequada. Não por acaso, em 1931 a Secretaria de Educação e Saúde de Minas Gerais suspendeu a atividade de 335 escolas rurais, talvez porque naquele momento o estado enfrentasse retração econômica. Como se infere no decreto 9.892, de março daquele ano, o estado havia reclassificado escolas primárias e determinado remuneração do professorado "*Para meros efeitos econômicos*" (MINAS GERAIS, 1931; grifo nosso). Em 1934, viria a decisão mais severa: o decreto 11.297, de abril de 1934, transferiu o ônus das escolas rurais aos municípios, com os quais o estado firmou convênios, "[...] passando-lhes a responsabilidade pela rede de ensino no meio rural" (ROCHA, 1999, p. 8).

Para Silva (2007, p. 116), o decreto "[...] criou impasses nas prefeituras, dentre os quais o pagamento de salários das "[...] professoras rurais [que] já não recebiam mais seus vencimentos em dia [...]", mesmo que fossem efetivas conforme a lei e lecionassem mais de uma década de serviços docentes. Paiva (2009, p. 153) ratifica essa ideia de problemas. Essa municipalização resultou em escolas improvisadas em prédios destinados a fins que não os pedagógicos ou que, embora fossem erguidos para ser escola, careciam de certos aparatos escolares como a biblioteca, bem como em professores sem formação específica e cuja contratação dependia, também, de vínculos políticos. Essa escolarização rural marcada por escolas mal-equipadas (a precariedade citada por Gaspar Dutra), "isoladas", "típicas do meio

CC BY

rural" (PAIVA, 2003, p. 153), com elementos de precariedade pode ser exemplificada pela difusão da escola rural no município mineiro de Ituiutaba.

Escolas rurais de Ituiutaba

Com efeito, a escolarização da população do meio rural do município de Ituiutaba, MG, exemplifica a concretização da escola rural projetada pelo governo para a realidade nacional e estadual. As campanhas para criar tais escolas foram registradas em atas da Câmara Municipal. Como se lê em seus livros de registros, em agosto de 1947 foi "[...] firmado ontem o acordo entre o Ministério da educação e Estado de Minas Gerais relativo ao programa de desenvolvimento do ensino primário com a construção de prédios escolares rurais". O plano era construir "180 novas escolas com os recursos fornecidos pelo fundo nacional de ensino primário" (ITUIUTABA, 1948). O modelo dessas escolas se alinhava na chamada escolas isoladas rurais, marcadas por precariedade material e nas funções do professorado. Em sala multisseriada, a idade dos alunos também variava (PAIVA, 2003, p. 159). O quadro a seguir projeta a criação de escolas rurais em Ituiutaba.

QUADRO – Escolas rurais do município de Ituiutaba (1941–68)

ESCOLAS MUNICIPAIS	DATA DE CRIAÇÃO	LOCALIZAÇÃO
Anos 1940		
E. M. Alberto Torres	Decreto-lei 73, de 25/11/41	Água Suja
E. M. Duque de Caxias	Decreto-lei 73, de 25/11/41	Córrego da Canoa
E. M. José Bonifácio	Decreto-lei 73, de 25/11/41	Córrego do Açude
E. M. Quirino de Morais	Decreto-lei 73, de 25/11/41	Mateirinha
E. M. São Francisco de Assis	Decreto-lei 73, de 25/11/41	Córrego do Retirinho
E. M. Augusto Alves Vilela	Decreto-lei 178, de 6/3/47	Córrego da Divisa
E. M. Francisco Alves Vilela	Decreto-lei 178, de 6/3/47	Campo Alegre
E. M. Prefeito Jaime Meinberg	Decreto-lei 182, de 19/6/47	Ribeirão dos Baús
Anos 1950		
E. M. Antonio Pedro Guimarães	Lei 119, de 24/11/51	Córrego do Macaco
E. M. Constâncio Ferraz de Almeida	Lei 119, de 24/11/51	Cotia
E. M. Francisco Antonio de Lorena	Lei 119, de 24/11/51	Vila Fisa
E. M. José Inácio de Souza	Lei 119, de 24/11/51	Campo Alegre
E. M. Joaquim José Domingues	Lei 347, de 28/11/55	Fazenda Santa Rita
E. M. Tiradentes	Lei 347, de 28/11/55	Córrego Açude
Anos 1960		
E. M. Hilarião Chaves	Lei 559, de 21/3/60	Salto de Morais
E. M. Antonio Joaquim da Costa	Lei 637, de 25/3/61	Ribeirão dos Baús
E. M. Santa Rita	Lei 673, de 1º/12/61	Santa Rita
E. M. Antonio Baduy	Decreto 240, de 22/2/62	Campo Alegre
E. M. Castro Alves	Decreto 241, de 23/2/62	Ponte Rio Prata
E. M. São José	Decreto 249, de 23/4/62	Córrego da Mamoma
E. M. João da Fonseca Filho	Decreto 261, de 16/8/62	Boa Esperança
E. M. Aureliano de Freitas Franco	Decreto 264, de 20/8/62	São Lourenço
E. M. Capela N.S. Aparecida	Decreto 312, de 4/5/64	Monte Azul

CC BY

E. M. Getúlio Vargas	Decreto 312, de 4/5/64	Baixadão
E. M. Vereador Diógenes de Souza	Decreto 312, de 4/5/64	Pontinhas
E. M. Pref. José Arcênio de Paula	Decreto 312, de 4/5/64	Guabiroba
E. M. Fernando Martins de Andrade	Lei 954, de 29/3/65	São Bento
E. M. Dep. Daniel de Freitas Barros	Decreto 385, de 15/4/66	Açude
E. M. Dr. Camilo Chaves Júnior	Decreto 385, de 15/4/66	Sapé
E. M. Joaquim José de Assis	Decreto 385, de 15/4/66	Campo Alegre
E. M. Domingos José Franco	Decreto 404, de 27/12/66	Ribeirão São Vicente
E. M. Francisco José de Carvalho	Decreto 432, de 23/8/67	Capão Rico
E. M. Antonio Severino da Silva	Decreto 454, de 12/2/68	Rib. São Vicente
E. M. Augusto Martins de Andrade	Decreto 454, de 12/2/68	Pontal — Campo Alegre
E. M. João José dos Santos	Decreto 1.235, de 21/6/68	Córrego da Chácara
E. M. Manoel Afonso Cancella	Decreto 492, de 8/7/68	Ribeirão de Sta. Rita
E. M. Antonio de Souza Martins	Decreto 503, de 14/8/68	Alto do Carmo
E. M. Cândido José de Carvalho	Decreto 507, de 19/8/68	Mangalarga
E. M. Joaquim Antonio de Morais	Decreto 520, de 19/9/68	Córrego do Retiro
E. E. M. José da Silva Ramos	Decreto 534, de 2/12/68	Córrego da Chácara

FONTE: Ituiutaba (2015)

Como se lê mo quadro, o número de escolas criadas anualmente se destaca nos anos 1960. Com efeito, entre 1940 e 1960, a maioria absoluta da população vivia no meio rural e era analfabeta; o que replicava o perfil do país. A tabela a seguir apresenta números relativos a população, residência e escolarização.

TABELA –População rural e urbana do Município de Ituiutaba, 1940–70

ANO	POPULAÇÃO RURAL		POPULAÇÃO URBANA		TOTAIS
1940	30.696	88%	4.356	12%	35.052
1950	43.127	81%	10.113	19%	53.240
1960	39.488	55%	31.516	45%	71.004
1970	17.542	27%	47.114	73%	64.656

FONTE: SOUZA, 2010

Como se lê, na década de 1940, a população rural somava 88% e, na de 1950, 81%. Embora tenha havido queda no porcentual, de uma década para a outra, população rural saltou de mais de 30 mil habitantes para mais de 43 mil. Na década de 1970, o perfil populacional se inverte. Essas mudanças se justificam pela migração no município a partir de anos 1950:[4]de

[4] Embora tenha tido a mineração como primeiro ciclo econômico, foi a agricultura que fortaleceu a economia do município. A partir dos anos 1930, a rizicultura se tornou a atividade produtiva central da economia — a ponto

CC BY

início, de outros estados e outras regiões de Minas Gerais para o meio rural de Ituiutaba; depois, deste ao meio urbano. Esses movimentos se abrem à compreensão da escolarização rural como medida do local (município) de um discurso global (nacional). Por um lado, a escola rural do município parece ter convergido para o ideário de que: o lugar do rurícola é o meio rural e que lhe cabe trabalhar nesse meio, e não na cidade (na indústria e no comércio). O âmbito local replicava o global na intenção de fixar o rurícola no campo, ou seja, impedir ou retardar sua migração para a cidade. Ainda assim, não se pode dizer que a estratégia de fixar a população rural no campo tenha sido eficaz. Como se viu, a década de 1970 foi marcada pelo aumento da população urbana, na qual teve papel central a migração do campo para a cidade. Uma vez na cidade, a população de extração rural teria de recorrer ao seu repertório de saberes, habilidades, capacidades e outros atributos necessários ao trabalho. Nesse caso, a educação recebida nas escolas rurais bastava para qualificar o migrante como apto ao trabalho na cidade? Convém entender parte do estudar nas escolas rurais de Ituiutaba tendo em vista a experiência de alunos egressos.

Em 1947, o decreto 2.545 trouxe conteúdo de uma preocupação pedagógico-curricular com a escola rural, ou seja, trata da criação do Ensino Primário para o meio rural:

> PUBLICAÇÃO – MINAS GERAIS DIÁRIO DO EXECUTIVO – 06/12/1947 PÁG. 1 COL. 1 MICROFILME 88 Minas Gerais. Revogação total autorização, secretaria da educação, celebração, convênio, municípios, funcionamento, normas, cooperação ensino primário, zona rural. Normas, adaptação, currículo, ensino primário, zona rural (MINAS GERAIS, 1947).

Com efeito, a palavra *adaptação* faz muito sentido no contexto das escolas rurais de Ituiutaba. A classe multisseriada — marca da escola rural — impunha condições em que alunos de séries e idades distintas tinham de se adaptarem à convivência na sala de aula. Não por acaso, a diferença de idade foi salientada por um aluno egresso de escola rural: “Aí, eram diferentes as idades. Tinha menino da mesma... de 7 anos e tinha menino até de 15 na mesma sala, segundo ano, terceiro, no mesmo, mesma coisa, mesma” (PACHECO, 2013). A diferença de idade parece ser memória viva nas lembranças do tempo de escola rural, com isso a fala do entrevistado se abre ao entendimento de adaptação entre crianças e adolescentes. Ainda que pudesse conviver no seio familiar, a sala de aula impunha formas de relações sociais cotidianas distintas das que se desdobravam fora da escola, ou seja, convivências

de Ituiutaba ser chamada de “capital do arroz” nos anos 50 e atrair levas de migrantes para trabalhar nas lavouras de arroz e outros grãos.

distintas, porque não era entre irmãos nem entre parentes, nem entre amigos. Era entre pares em processo de aprendizagem formal.

A memória do estudo na escola rural salienta outro de seus pontos típicos: as condições materiais. Palavras de ex-discente dão uma medida desse tópico:

> Era tudo junto dos que aprendia a ler até a quarta série. Não tinha sinal, não tinha nada, né? As escolas, também era de chão batido. [...] E as paredes da escola, tudo de madeira. E os pais dos alunos é que sempre vinham dar uma reforma na escola, dar uma ajudadinha nas coisas. E aí a professora batia uma palma, aquela palma era pra saber que tava... Pra nós nos preparar pro recreio (RIBEIRO, 2010).

Como se pode ler, a descrição do *onde* se estudava se impôs à descrição do *que* se estudava e à do *como*. A referência a paredes e pisos — e não ao mobiliário, por exemplo — indica o quão marcante foi estudar em uma escola rural; talvez porque fosse uma "casa da fazenda mesmo", uma casa que "[...] não era construída pra ser escola (PACHECO, 2013). Além disso, ir à escola era uma experiência de caminhada no meio do mato:

> A escola era um pouquinho longe da minha casa. Aí, ia eu, duas... eu a mais velha e a mais nova. Mais os vizinhos, as crianças que tavam indo. A gente ia, estudava, voltava. [...] Eu saía da escola e tinha alguém escondido na estrada no meio do mato com máscara para me assustar. A hora que eu ia passar eles já pulava em mim, sabe? Aí eu pegava do mesmo jeito. Eu batia, porque eu ficava nervosa demais, não é? (OLIVEIRA, 2013).
>
> Nós andávamos meia légua. No meio do mato, sabe? Era mata fechada. Porque não tinha nada igual é agora, né. Tinha só um trieiro onde o gado passava, e tinha a rodovia onde a professora vinha de ônibus (LEAL, 2013).

Com efeito, ir à escola era atividade feita em conjunto e de diversão para uns, a despeito da irritação de outros. Esse contexto de acesso à escola reverbera estudos de Gonçalves e Lima (2012), onde se lê sobre escolas rurais que distavam muito de onde moravam os alunos, os quais tinham de ir a pé em geral. Os relatos de ex-alunos apresentados revelam que a caminhada costumava ser prazerosa, justamente pelo encontro com colegas.

Um problema da escola rural era o professorado. Convém aqui o que disse Lima (2004, p. 29):

> Tão grave quanto o aspecto relacionado à escassez de investimentos direcionados para a manutenção das escolas rurais, eram os problemas referentes aos professores e à sua falta de instrução. Até a primeira metade do século, era alarmante a situação das escolas funcionado com o trabalho de professores semi-alfabetizados, sobretudo no que dizia respeito ao ensino

CC BY

> rural, em que era grande a dificuldade em selecionar, em seu meio, profissionais formados, tanto em razão da baixa qualificação dos seus habitantes quanto em função dos obstáculos existentes ao acesso às fazendas onde se localizavam as escolas tais como: precariedade nos meios de transporte e insalubridade das residências e/ou alojamentos.

Com efeito, o relato de ex-aluno de escola rural aponta esse arranjo profissional em que se situavam os professores. Sua fala se refere à responsabilidade de pais e fazendeiros na manutenção docente da escola:

> [...]arrumava professora, certo? Ou professor, mas lá era professora e ali arrumava os, os rapaz, os menino e as menina que tinha que estudar, que ela dava conta de lecionar até aquele tanto [...] Era coisa dos fazendeiro com os pais das criança. Eles reuniam, pagavam aquela pessoa e punha os meninos lá (PACHECO, 2013).

As práticas professorais na escola rural eram marcadas pela rigidez, como sugerem relatos de castigo. A fala de um egresso descreve situações que mereceram punição:

> Nossa no tempo que nós estudava, chegava na escola, dia de tabuada, menina, você chegava lá, você já colocava os objetos na carteira, já ia lá pra frente, ajoelhava, pegava a tabuada, punha no chão assim e ela ia tomar a tabuada. O menino que não soubesse, a palmatória tava pronta. E levava os menino lá pra fora ajoelhado no milho. O meu irmão ia muito pra ajoelhar no milho. Eu ainda fui uma vez só. [...] Aí minha irmã, era ditado, sabe. Era... foi ditado. Foi ditar um ditado e ela meio atrasadinha, ela não deu conta. Foi e ela não deu conta de copiar. Aí, ela falou: “Não, agora você vai fazer assim mesmo: sem ditar, sem nada!”. Ela chorou até. Que ela era brava que nossa senhora! (CARVALHO, 2010).

Como se lê, o uso da palmatória emerge como forma de castigo associado com a prática pedagógica. Uma ex-professora chegou a guardar o artefato, dado a ela pelo sogro. Em suas palavras,

> A palmatória eu mostrei pra eles só, e falei como era antigamente, mas lá na minha escola menino nenhum ia ganhar um beliscão, porque eu não era de bater, não. Porque eles tinham de ser obedientes. Aí pus uma norma: o aluno que respondesse ou fizesse qualquer falta de educação com o professor seria expulso. Mas era expulso mesmo! Que não voltava mais na minha escola! (MARQUEZ, 2013).

Afora os materiais de castigo, havia os materiais didáticos, que não passavam da lousa, do caderno e da cartilha. Como objeto de uso do aluno, que o acompanha, a cartilha permeou a lembranças de ex-alunos de escolas rurais, como se ele nesta passagem:

CC BY

> O material... Tinha o caderno, tinha os livros, livro muito... eu lembro o livro, eu não sei se já era da segunda série, por aí, que a gente ia aí pra essa série, mas não sabia ler direito, mas era um livro grosso. Eu lembro o nome do livro: *Infância Brasileira*. Era esse livro. E aquele ali a gente tinha que ler as lições. Tinha que ler. Cada dia tinha aquela lição. Um livro tão grande, que eu acho, hoje que eu fico pensando assim: pra quê aquele livro daquela grossura? Parecia até um dicionário (ALMEIDA, 2013).

O livro *Infância brasileira*, cuja escolha era da alçada dos professores, foi estudado por Schwartz (2012, p. 383). Segundo essa autora, tal obra e outras afins funcionavam como veículos pedagógicos de legitimação de concepções de texto, leitura e linguagem que se traduziram em modos de ensinar a ler e formar leitores; modos que iam do "ensinar a decodificar palavras, frases e textos" ao "ensinar a compreender palavras, frases e textos". Embora haja quem se lembre do livro, é significativa a fala de um ex-aluno que começou a falar do professor — que "lecionava pra nóis lá na fazenda — e muda de assunto — foca na escola com prédio. A fala breve sobre o lecionar sugere que reteve pouco das aulas. Mas houve quem se lembrasse do que aprendeu de mais significativo:

> Mas graças a Deus eu sei ler. Eu sei escrever (PEREIRA, 2013).
>
> Eu sei fazer as quatro operações de conta no lápis, só! Eu posso fazer uma conta de dividir, de multiplicar, de somar, mais fácil, né. Mas de multiplicar e dividir... Ih! Faço tranquilo! E sei fazer a prova, tiro a prova. É coisa que eu aprendi!" (FREITAS, 2013).

Como se lê, a memória reteve a pedagogia do aprender a ler, escrever e contar. Mas, mesmo com essa pedagogia do elementar; mesmo com uma sala só para cinco séries; mesmo com aulas ministradas por um professor só; mesmo com uma lousa só dividida para a escrita e visualização de cinco séries; mesmo com giz, lápis, cadernos e manuais para orientação didático-pedagógica do professor; mesmo assim, as escolas rurais *formavam*. Não por acaso, a formatura era vista como conquista. A fala de uma egressa sugere representatividade da formatura: "Nóis vinha tudo lindo, nossa! Quando a mãe via o filho se formá, nossa! Era uma alegria maió do mundo, né?" (M. P., 2009).

Se for correta a suposição de que a escola rural formava leitores, capazes de ler, por exemplo, instruções de conduta laboral e operação de equipamentos, então seria correta a ideia de escolarização rural como estímulo ao êxodo campo–cidade. Parece plausível inferir que a alfabetização do rurícola fosse um entrave a menos para sua mudança para a cidade, onde o mercado laboral exigia algo que ele já tinha: rudimentos de leitura, escrita e cálculo.

CC BY

Não por acaso, saber ler, escrever e calcular bastava para conseguir emprego como os que se anunciavam no jornal *Folha de Ituiutaba* (1957, 16 set., p. 9):

> A Empresa Luz e Força Ituiutabana S. A. avisa a quem possa interessar que necessita de três empregados para ajudantes maquinistas. Os candidatos que se apresentarem, além de outros requisitos, devem ser casados, ter até 35 anos de idade, *saber ler e escrever* (grifo nosso).

Como se lê, as exigências para contratação poderiam ser cumpridas por moradores do meio rural que aprenderam a ler, escrever e contar. Além disso, a experiência de trabalho no campo poderia ser útil, a exemplo da condução de máquinas.

Considerações finais

O estudo de premissas de alcance nacional para a escolarização rural e dos desdobramentos da escola ruralno âmbito municipal aponta a concretização do discurso do governo. As escolas rurais tiveram atividade escolarizante e formadora, ou seja, a escolarização rural pública aconteceu. Mas parece não ter sido o bastante. Prova isso a migração do meio rural para o meio urbano — neste caso, a partir dos anos 70. Disso se infere o resultado das ações dos governos federal, estadual e municipal em prol da escolarização rural mostrou que conter o homem no campo no campo exigia não só escolas; mais ainda: apoio técnico e investimento para explorar a terra e produzir, condições de negociação e escoamento da produção, assistência à saúde, luz elétrica e água encanada, estímulo à valorização das tradições e cultura rurais para reforçar a identificação do sujeito com seu meio. A escola rural não foi um projeto educacional pensado para levar a população rural a conhecer mais seu meio e, assim, a valorizá-lo e estimá-lo a ponto de não se ver vivendo em outro lugar em razão do grau de satisfação com a vida no campo. No discurso do governo, é a escolarização rural valesse por si mesma, ou seja, dispensasse fins de formação em que os alunos pudessem ter consciência de que ser cidadão republicano era mais do citadino. Alguns questionamentos *a posteriori* apontam possibilidades de desdobrar mais o tema aqui apresentado Merecem mais investigação e reflexão: a proporção de rurícolas alfabetizados migraram para a cidade (de Ituiutaba), as razões para migrar, a continuidade ou não da escolarização iniciada na escola rural, os efeitos da iniciação escolar rural na vida urbana.

Referências

CC BY

ALVES, G. L. Análise de uma proposta de escola específica para o campo. In: _____. (Org.). **Educação no campo**: recortes no tempo e no espaço. Campinas: Autores Associados, 2004.

BRASIL. **Mensagem presidencial do presidente Eurico Gaspar Dutra dirigida ao Plenário em 1950**. In: PODER LEGISLATIVO. Congresso Nacional. Mensagem dos Presidentes. Rio de Janeiro: 1947/1950. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/presidential > acesso em: 15 nov. 2010.

FOLHA DE ITUIUTABA. Empregados para a Usina "Salto do Morais". Ituiutaba, MG, segunda-feira, 16 de setembro de 1957, ano 16, ed. 836, 1957.

GONÇALVES, S. J.; LIMA, S. C. F. História do ensino rural no município de Uberlândia-mg (1950 a 1979): os sujeitos e suas práticas. *Horizonte Científico.* v. 6, n. 1, 2012. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/horizontecientifico/article/view/14509>. Acesso em 13 ago. 2013.

ITUIUTABA. Câmara Municipal. **Ata de reunião realizada no dia 2 de agosto de 1948**. Ituiutaba: Livro s. n, s. p.

ITUIUTABA. Secretaria Municipal de educação. [Dados sobre a criação e instalação de escolas estaduais de Ituiutaba]. Levantamento feito via Superintendência Regional de Ensino. Ituiutaba, MG, junho de 2015.

LIMA, S. C. F. Escola rural: história, memória e representações. **Cadernos de História da Educação**. n. 3, jan./dez. 2004. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/345>. Acesso em 13 ago. 2013.

MINAS GERAIS. Câmara dos Deputados. **Decreto 9.892**, 1931.

MINAS GERAIS. Câmara dos Deputados. **Decreto 2.545**, de 5 de dezembro 1947.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU; Rio de Janeiro: FNME, 1974.

PAIVA, V. **História da educação popular no Brasil**. 6. ed. revista e ampliada. São Paulo: Loyola, 2003.

ROCHA, M. I. **As representações sociais de professores sobre a escola no meio rural**. 1999. Dissertação (Mestrado em Educação) — Faculdade de e Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SCHWARTZ, C. M. O ensino da leitura e a formação do leitor na escola primária na década de 1960. *Dimensões.* v. 28, p. 358-384, 2012.

SILVA, D. M. O. **Memória**: lembrança e esquecimento trabalhadores nordestinos no Pontal do Triângulo Mineiro (1950–1960). Dissertação (Mestrado em História Social) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

SOUZA, S. T. O universo escolar nas páginas da imprensa tijucana (Ituiutaba-MG - anos de 1950 E 1960). *Cadernos de História da Educação*. v. 9, nº 2, jul. e dez. 2010. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/11461/6724>. Acesso em 13 ago. 2013.

Fontes orais — In: SILVEIRA, Daiane de Lima Soares. **Migrantes nordestinas e escolarização no Pontal Mineiro (1950 e 1960)**: desafios, resistências, embates e conquistas. 2014. 149 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia.

ALMEIDA, F. C.: depoimento [fevereiro, 2010 e abril, 2013]. Entrevistadora: Daiane de Lima Soares Silveira. Ituiutaba, 2013. (0min e 59seg; 31mim e 55seg); (7min e 44seg; 29min e 25seg; 5min e 39seg; 5min e 9seg)
CARVALHO, Q. (pai de Carvalho, J. C.) depoimento [março, 2010]. Entrevistadora: Daiane de Lima Soares Silveira, Ituiutaba, 2010. (41min e 22seg).

FREITAS, J. C.: depoimento [julho, 2013]. Entrevistadora: Daiane de Lima Soares Silveira. Ituiutaba, 2013. (16min e 8seg; 17min e 38seg; 11min e 33seg; 13min e 3seg).

LEAL, M. A.: depoimento [abril, 2013]. Entrevistadora: Daiane de Lima Soares Silveira. Ituiutaba, 2013. (4min e 10seg; 26min e 55seg; 39min e 4seg)

M. A. P. Ituiutaba (MG), 10 de dezembro de 2009. 1 fita cassete (60 minutos). In: RIBEIRO, Betânia de O. L.; SILVA, Leila A. A.; QUILLICI NETO, Armindo. Educação rural em Minas Gerais: gênese das escolas municipais de Ituiutaba (anos 1940). **HISTEDBR On-Line**, n. 12, v. 46, p. 74–93, 2012. https://doi.org/10.20396/rho.v12i46.864007

MARQUEZ, D.: depoimento [novembro, 2013]. Entrevistadora: Daiane de Lima Soares Silveira. Ituiutaba, 2013. (35min e 07seg); Depoimento cedido por Dalva de Oliveira Silva. Ituiutaba, 1997.

OLIVEIRA, F. M.: depoimento [abril, 2013]. Entrevistadora: Daiane de Lima Soares Silveira. Ituiutaba, 2013. (5min e 1seg; 7min e 59seg; 1min e 22seg; 4min e 16seg; 10min e 17seg; 06min e 16seg)

PACHECO, L. B.: depoimento [abril, 2010 e abril, 2013]. Entrevistadora: Daiane de Lima Soares Silveira. Ituiutaba, 2013. (40min e 42seg); (4min e 26seg; 43min e 5seg).

PEREIRA, M. A.: depoimento [junho, 2013]. Entrevistadora: Daiane de Lima Soares Silveira. Ituiutaba, 2013. (52min e 29seg)

RIBEIRO, L. N.: depoimento [abril, 2010]. Entrevistadora: Daiane de Lima Soares Silveira. Ituiutaba, 2010. (44min e 45seg).